



1 Às nove horas do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de  
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da  
3 Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros,  
4 **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E**  
5 **SÉRGIO LEÃO**; e os Conselheiros Substitutos **SÉRGIO DANTAS e ALEXANDRE CUNHA**, nos  
6 termos da Resolução Administrativa nº 007/2017 e da Portaria nº 1075/2017, respectivamente.  
7 Ausências justificadas dos Conselheiros, **ALOSIO CHAVES**; presença da Procuradora do  
8 Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA**  
9 **SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,  
10 em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em  
11 seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo*  
12 *quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que*  
13 *possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação das  
14 Atas das Sessões Ordinárias nº 42 e 48/2017. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**  
15 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201707281-**  
16 **00; Prefeitura Municipal de Viseu; Juízo de Admissibilidade – 2017;** Despacho De Não  
17 Admissibilidade De Agravo De Instrumento (Art. 268, Ritcm-Pa); Responsável: Isaías José Silva  
18 Oliveira Neto; Instrução: 4ª Controladoria; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
19 Advogado/Contador: Fabrício Bentes Carvalho OAB-PA 11.215; **Publicado no DOE nº 161, de**  
20 **25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Antonio José Guimarães submeteu  
21 ao Plenário sua proposição de não admissibilidade do Agravo, nos termos do § único do Art. 268  
22 do RI/TCM-PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
23 Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar não admissibilidade do Agravo. Ausências, por  
24 ocasião da votação do Conselheiro José Carlos Araújo e Conselheira Mara Lúcia. Presidência do  
25 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201707608-00; Conselho de Acompanhamento**  
26 **e Controle Social do Fundeb de Breves; Juízo de Admissibilidade – 2017;** Denúncia;  
27 Responsável: Ostélia Regina Dos Santos Alves - Presidente Do Conselho; Instrução: 5ª  
28 Controladoria; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do  
29 Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº**  
30 **161, de 25.08.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 870012004-00; Prefeitura**  
31 **Municipal de Xinguara; Tomada de Contas – 2004;** Contas Anuais; Responsável: Atil José  
32 De Souza; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
33 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo  
34 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
35 se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em**  
36 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
37 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas,  
38 com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multa, encaminhamento de cópia dos autos  
39 ao Ministério Público Estadual, e aplicação de medida cautelar de indisponibilidade de bens, bem  
40 como inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da



38 Administração Pública (Resolução nº 13.441 e Acórdão nº 30.901). Ausências, por ocasião da  
39 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Mara Lúcia. Presidência do  
40 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 300012013-00; Prefeitura Municipal de Faro;**  
41 **Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais De Governo; Responsável: Marinete Costa  
42 Machado; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;  
43 Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Maria de Nazaré Alves Pessoa - CRC/Pa  
44 3.331; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**  
45 **300012013-00; Prefeitura Municipal de Faro; Prestação de Contas – 2013;** Prestação  
46 De Contas De Gestão; Responsável: Marinete Costa Machado; Instrução: 2ª Controladoria;  
47 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares;  
48 Advogado/Contadora: Maria de Nazaré Alves Pessoa - CRC/Pa 3.331; **Publicado no DOE nº**  
49 **161, de 25.08.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 410012013-00; Prefeitura**  
50 **Municipal de Magalhães Barata; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais De Governo;  
51 Responsável: Raimundo Faro Bittencourt; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:  
52 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Maria  
53 do Socorro Pinto Alves Batista; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Retirado de Pauta.  
54 **Processo nº 410012013-00; Prefeitura Municipal de Magalhães Barata; Prestação de**  
55 **Contas – 2013;** Prestação De Contas De Gestão; Responsável: Raimundo Faro Bittencourt;  
56 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
57 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Maria do Socorro Pinto Alves Batista;  
58 **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 710012008-**  
59 **00; Prefeitura Municipal de Santarém; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais De  
60 Governo; Responsável: Maria Do Carmo Martins Lima; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério  
61 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
62 **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 710012008-**  
63 **00; Prefeitura Municipal de Santarém; Prestação de Contas – 2008;** Contas Anuais De  
64 Gestão; Responsável: Maria Do Carmo Martins Lima; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério  
65 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
66 Advogado/Contador: Raimundo da Silva Peleja (Contador); **Publicado no DOE nº 161, de**  
67 **25.08.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 790022011-00; Câmara Municipal de São**  
68 **Miguel do Guamá; Prestação de Contas – 2011;** Contas Anuais De Gestão; Responsável:  
69 José Júlio Tavares Da Costa; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
70 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: José  
71 Rodrigo do Nascimento Oliveira; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo  
72 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
73 se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**  
74 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
75 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e recolhimento  
76 aos cofres municipais (Acórdão nº 30.902). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
77 Cezar Colares. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 630052013-00;**



75 **Fundo Municipal de Educação de Rio Maria; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais  
76 De Gestão; Responsável: José Wanderley Barbosa Milhomem; Instrução: 7ª Controladoria;  
77 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;  
78 Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos (CRC-Pa nº 011770); **Publicado no DOE nº**  
79 **161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu  
80 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A  
81 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
82 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com  
83 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº30.903). Ausência, por ocasião da votação, do  
84 Conselheiro Daniel Lavareda. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 630062013-**  
85 **00; Fundo Municipal De Assistência Social de Rio Maria; Prestação de Contas – 2013;**  
86 Contas Anuais De Gestão; Responsável: Coraci Da Cruz Silva; Instrução: 7ª Controladoria;  
87 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos  
88 Araújo; Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos - Contador CRC-PA nº 011770; **Publicado**  
89 **no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
90 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com  
91 ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A  
92 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das  
93 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.904). Ausência, por ocasião da  
94 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
95 **632102013-00; Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Rio Maria;**  
96 **Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Eurípedes Moreira  
97 Bessa, Walter José Da Silva E Marcílio De Moura Machado; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério  
98 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo;  
99 Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos (CRC/Pa 011770); **Publicado no DOE nº 161,**  
100 **de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu  
101 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas de ambos  
102 Ordenadores. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A  
103 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das  
104 contas, com a emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.905). Ausência, por ocasião da  
105 votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
106 **144622009-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira de Belém; Prestação de**  
107 **Contas – 2009;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Therezinha Moraes Gueiros; Instrução:  
108 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira  
109 Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo  
110 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
111 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu  
112 seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela  
113 regularidade das contas, com expedição do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.906). Ausência,  
114 por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Daniel



112 Lavareda. **Processo nº 680022013-00; Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará;**  
113 **Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Antônio Carlos Ribeiro  
114 Conde; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora:  
115 Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo  
116 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
117 se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
118 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
119 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa  
120 (Acórdão nº 30.907). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 146072014-**  
121 **00; Agência Distrital de Icoaraci de Belém; Prestação de Contas – 2014;** Contas Anuais  
122 De Gestão; Responsável: Armando Tavares Da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério  
123 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares;  
124 Advogado/Contadora: Regina Odete Colares Monteiro; **Publicado no DOE nº 161, de**  
125 **25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
126 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada  
127 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
128 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e expedição  
129 do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.908). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
130 **Processo nº 874012006-00; Fundo Municipal de Educação - FUNDEF de Xinguara;**  
131 **Prestação de Contas – 2006;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Edna Verônica De  
132 Oliveira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público :Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
133 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Anselmo de Oliveira Freitas - CRC/Pa 9.348;  
134 **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
135 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,  
136 com recolhimento aos cofres municipais. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
137 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
138 decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de  
139 multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº  
140 30.909). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1380052014-00; Fundo**  
141 **Municipal De Assistência Social de Nova Ipixuna; Prestação de Contas – 2014;** Contas  
142 Anuais De Gestão; Responsável: Maria Do Carmo Vieira; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério  
143 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
144 **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
145 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A  
146 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
147 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com a  
148 expedição do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.910). Presidência do Conselheiro Daniel  
149 Lavareda. **Processo nº 240022011-00; Câmara Municipal de Castanhal; Prestação de**  
150 **Contas – 2011;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Nivan Setubal Noronha; Instrução: 4ª  
151 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro





149 Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017. Cumprindo dispositivo  
150 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
151 regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
152 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
153 regularidade das contas, com a expedição do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.911).  
154 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 893972006-00; Fundo Municipal**  
155 **De Saúde de Bom Jesus do Tocantins; Prestação de Contas – 2006;** Contas Anuais De  
156 Gestão; Responsável: Deusdedit Teixeira de Lima (01/01 a 31/04) e Edmir Santiago Maciel  
157 (01/05 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
158 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo  
159 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
160 se pela regularidade das contas de responsabilidade do Sr. Deusdedit Teixeira de Lima; e pela  
161 irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. Edmir Santiago Maciel. A matéria foi  
162 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
163 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, de  
164 ambos os Ordenadores, com aplicação de multas (Acórdão nº 30.912). Presidência do  
165 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 432242009-00; Fundo Municipal De Saúde de**  
166 **Maracanã; Prestação de Contas – 2009;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Luciene De  
167 Fátima Emim Dos Santos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
168 Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.**  
169 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
170 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao  
171 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
172 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela  
173 irregularidade das contas, com aplicações de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao  
174 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.913). Ausências, por ocasião da votação dos  
175 Conselheiros Cezar Colares e Antonio José Guimarães. Presidência do Conselheiro Daniel  
176 Lavareda. **Processo nº 1420032009-00; Fundo Municipal de Saúde de São João da**  
177 **Ponta; Prestação de Contas – 2009;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Marlene  
178 Raimunda Ferreira Das Neves; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral  
179 Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 161, de**  
180 **25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
181 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos  
182 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
183 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
184 decidiu pela irregularidade das contas, com aplicações de multas, e o encaminhamento de cópia  
185 dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.914). Ausência, por ocasião da votação,  
186 do Conselheiro Antonio José Guimarães. Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
187 **nº 432302009-00; Fundo Municipal de Educação de Maracanã; Prestação de Contas –**  
188 **2009;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Raimunda Da Costa Araújo (01/01 a 31/03) e



186 Gerson Gomes Pinheiro (01/04 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
187 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**  
188 **161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
189 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas de ambos Ordenadores.  
190 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
191 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas de  
192 ambos Ordenadores, e expedição do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.915). Ausência, por  
193 ocasião da votação, do Conselheiro Antonio José Guimarães. Presidência do Conselheiro Daniel  
194 Lavareda. **Processo nº 14202010-00; FUNDEB de Abaetetuba; Prestação de Contas –**  
195 **2010; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Jefferson Felgueiras De Carvalho; Instrução: 1ª**  
196 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio**  
197 **Leão; Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o  
198 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das  
199 contas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
200 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
201 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.916).  
202 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro  
203 Daniel Lavareda. **Processo nº 1144402011-00; Fundo Municipal de Saúde de Goianésia**  
204 **do Pará; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Itamar**  
205 **Cardoso Do Nascimento; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**  
206 **Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.**  
207 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
208 manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas. A matéria foi colocada  
209 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
210 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e  
211 o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.917).  
212 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 214332013-00; DMUT -**  
213 **Departamento Municipal de Trânsito de Cametá; Prestação de Contas – 2013; Contas**  
214 **Anuais De Gestão; Responsável: Iracy De Freitas Nunes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério**  
215 **Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE**  
216 **nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
217 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A  
218 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
219 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com  
220 ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.918). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
221 **Processo nº 400022013-00; Câmara Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de**  
222 **Contas – 2013; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Hélio Do Socorro Silva Vieira;**  
223 **Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:**  
224 **Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo  
225 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela



223 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
224 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
225 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.919).  
226 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 404052013-00; Fundo Municipal**  
227 **de Assistência Social de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais  
228 De Gestão; Responsável: Maria Do Socorro Costa Diniz; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério  
229 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE**  
230 **nº 161, de 25.08.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
231 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A  
232 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
233 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com  
234 ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.920). Presidência do Conselheiro Daniel  
235 Lavareda. **Processo nº 424252012-00; Fundação Casa da Cultura de Marabá; Prestação**  
236 **de Contas – 2012**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Noé Carlos Barbosa Von Atzingen;  
237 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
238 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel  
239 Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 161, de**  
240 **25.08.2017**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento  
241 dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada  
242 **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo  
243 Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
244 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multa (Acórdão nº 30.921).  
245 Ausências, por ocasião da votação, do Conselheiro Antonio José Guimarães e do Conselheiro  
246 Substituto Alexandre Cunha. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 773622013-**  
247 **00; Fundo Municipal de Assistência Social de São Francisco do Pará; Prestação de**  
248 **Contas – 2013**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Glávia Mota Leitão; Instrução: 5ª  
249 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro  
250 Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De  
251 Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017**. Cumprindo  
252 dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-  
253 se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
254 Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A  
255 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das  
256 contas, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multa, e o encaminhamento de  
257 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.922). Ausência, por ocasião da  
258 votação, do Conselheiro Antonio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia.  
259 **Processo nº 773982013-00; Fundo Municipal de Educação de São Francisco do Pará;**  
260 **Prestação de Contas – 2013**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Ana Soraia Da Silva  
261 Vasconcelos; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina  
262 Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do



260 Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; Publicado no DOE nº  
261 **161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu  
262 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
263 **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo  
264 Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu  
265 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.923).  
266 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Presidência da Conselheira Mara  
267 Lúcia. **Processo nº 773612013-00; Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do**  
268 **Pará; Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Francisco Celso  
269 Leite Da Silva; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina  
270 Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do  
271 Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº**  
272 **161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu  
273 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
274 **em discussão.** O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo  
275 Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu  
276 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.924).  
277 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Presidência da Conselheira Mara  
278 Lúcia. **Processo nº 774152013-00; FUNDEB de São Francisco do Pará; Prestação de**  
279 **Contas – 2013;** Contas Anuais De Gestão; Responsável: Ana Soraia Da Silva Vasconcelos;  
280 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:  
281 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas - Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel  
282 Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº 07/2017; **Publicado no DOE nº 161, de**  
283 **25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento  
284 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.**  
285 O Conselheiro Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro  
286 Relator. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela  
287 irregularidade das contas, com recolhimentos aos cofres municipais, aplicação de multas, e  
288 expedição de medida cautelar de indisponibilidade de bens, bem como inabilitação para o  
289 exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública,  
290 com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.925).  
291 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201708312-00; Prefeitura Municipal**  
292 **de Santa Bárbara do Pará; Denúncia Externa – 2012;** Sem Informação; Denunciado: Ciro  
293 Góes; Instrução: 7ª Controladoria/TCM -PA; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado**  
294 **no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator deu  
295 conhecimento ao Plenário da admissibilidade da Denúncia, nos termos do § 2º do Art. 291 do  
296 RI/TCM-PA. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão: O**  
297 **Plenário, à unanimidade**, decidiu pela admissibilidade da Denúncia, nos termos do voto do  
298 Conselheiro Relator (Acórdão nº 30.927). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo**  
299 **nº 201403763-00; Câmara Municipal de Santana do Araguaia; Representação Externa**





297 – **2014**; Denunciante: Maria Aparecida Soares; Denunciado: Eduardo Machado Conti; Instrução:  
298 7ª Controladoria/TCM-PA; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 161,**  
299 **de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
300 posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência da representação. A matéria foi  
301 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
302 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência da representação, nos termos  
303 do voto do Conselheiro Relator (Acórdão nº 30.928). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
304 **Processo nº 201703791-00; Câmara Municipal de Ananindeua; Representação**  
305 **Externa – 2015;** Denunciante: Daniel Barbosa Santos - Presidente Da Câmara / 2017;  
306 Denunciado: Francilda Pereira Da Silva - Ex-Presidente Da Câmara; Instrução: 2ª Controladoria;  
307 Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Daniel Barbosa Santos; **Publicado no**  
308 **DOE nº 161, de 25.08.2017 Arquivamento a da representação.** Cumprindo dispositivo  
309 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo  
310 arquivamento da Representação. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator  
311 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
312 pelo arquivamento da Representação, nos termos do voto do Conselheiro Relator (Acórdão nº  
313 30.929). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201707451-00**  
314 **(450012011-00); Prefeitura Municipal de Melgaço; Embargo – 2011;** Embargos De  
315 Declaração - Contas Anuais De Governo (Resolução Nº 13.008); Embargante: Adiel Moura De  
316 Souza; Instrução: Gabinete Do Conselheiro Cezar Colares; Relator: Conselheiro Cezar Colares;  
317 Advogado/Contadora: Amanda Lima Figueiredo - OAB/PA nº 11.751; **Publicado no DOE nº 161,**  
318 **de 5.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
319 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento dos Embargos. A  
320 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** A Presidência  
321 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não  
322 provimento dos Embargos. (Resolução nº 13.442). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda.  
323 **Processo nº 201707452-00 (450012011-00); Prefeitura Municipal de Melgaço;**  
324 **Embargo – 2011;** Embargos De Declaração - Contas Anuais De Gestão (Acórdão Nº 30.302);  
325 Embargante: Adiel Moura De Souza; Instrução: Gabinete Do Conselheiro Cezar Colares; Relator:  
326 Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Amanda Lima Figueiredo - OAB-PA nº 11.751;  
327 **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
328 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não  
329 provimento dos Embargos. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu  
330 seu **VOTO:** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo  
331 conhecimento e não provimento dos Embargos. (Acórdão nº 30.930). Presidência do Conselheiro  
332 Daniel Lavareda. **Processo nº 201706861-00; Câmara Municipal de Soure; Consulta –**  
333 **2017;** Interessado: Jorge Peixoto Ramos; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas -  
334 Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Nº  
335 07/2017; **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental o  
336 Conselheiro Substituto Sérgio Dantas procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em**



334 **discussão.** Em seguida, o Conselheiro Substituto apresentou sua resposta à Consulta para  
335 deliberação Plenária, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
336 Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a resposta à Consulta apresentada (Resolução nº  
337 13.443). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201704190-00; Prefeitura**  
338 **Municipal de Igarapé-Açu; Subsídio;** Resolução Nº 001/17, De 24.03.17, Que Dispõe A  
339 Revisão Geral E Anual Do Vereadores; Interessado: Normando Menezes De Souza; Ministério  
340 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
341 **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
342 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A  
343 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
344 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato  
345 (Resolução nº 13.444). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201706225-**  
346 **00; Câmara Municipal de Igarapé-Açu; Subsídio;** Lei Nº 770/17 De 01.05.17, Que Dispõe  
347 Sobre Reajuste Salarial Dos Servidores Do Município; Interessado: Normando Menezes De Souza  
348 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
349 **Publicado no DOE nº 161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
350 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A  
351 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
352 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato  
353 (Resolução nº 13.444). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201706288-**  
354 **00; Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte; Medida Cautelar – 2017;** Revogação De  
355 Medida Cautelar - Pregão Presencial Nº 027/2017 - Srp – Pgm; Responsável: Maria Edilma Alves  
356 De Lima; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº**  
357 **161, de 25.08.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao  
358 Plenário revogação de Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso  
359 I, do Art. 146 do RI/TCM-PA. A matéria foi colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a  
360 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a revogação de Medida Cautelar  
361 apresentada. (Acórdão nº 30.931). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº**  
362 **201708721-00; Prefeitura Municipal de Paragominas; Medida Cautelar – 2017;**  
363 **Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios;** Responsável: Paulo Pombo Tocantins; Instrução:  
364 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o  
365 Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em Medida Cautelar para  
366 deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM-PA. A matéria foi  
367 colocada **em discussão.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
368 decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Acórdão nº 30.932). Presidência do Conselheiro  
369 Daniel Lavareda. **Processo nº 201708722-00; Prefeitura Municipal de São Caetano de**  
370 **Odivelas; Medida Cautelar – 2017;** Inexigibilidade nº 0504001/2017; Responsável: Mauro  
371 Rodrigues Chagas; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo  
372 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em  
373 Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM-



371 PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
372 **unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Acórdão nº 30.933). Presidência  
373 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201708723-00; Prefeitura Municipal de**  
374 **Anapu; Medida Cautelar – 2017; Inexigibilidade nº 010/2017; Responsável: Aelton Fonseca**  
375 **Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares**. Cumprindo dispositivo  
376 regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em Medida  
377 Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM-PA. A  
378 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
379 **unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Acórdão nº 30.934). Presidência  
380 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201708724-00; Prefeitura Municipal de**  
381 **Anapu; Medida Cautelar – 2017; Inexigibilidade nº 013/2017-05; Responsável: Aelton**  
382 **Fonseca Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares**. Cumprindo  
383 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em  
384 Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art. 144 do RI/TCM-  
385 PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
386 **unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Acórdão nº 30.935). Presidência  
387 do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201708725-00; Prefeitura Municipal de**  
388 **Vitória do Xingu; Medida Cautelar – 2017; Inexigibilidade nº 6/2017-002; Responsável:**  
389 **Erivando Oliveira Amaral; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares**.  
390 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão  
391 monocrática em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art.  
392 144 do RI/TCM-PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
393 O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Acórdão nº 30.936).  
394 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201708726-00; Prefeitura**  
395 **Municipal de Xingu; Medida Cautelar – 2017; Inexigibilidade nº 6/2017-001; Responsável:**  
396 **Erivando Oliveira Amaral; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares**.  
397 Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão  
398 monocrática em Medida Cautelar para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do § 1º do Art.  
399 144 do RI/TCM-PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
400 O Plenário, à **unanimidade**, decidiu homologar a Medida Cautelar adotada (Acórdão nº 30.937).  
401 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA: 1.** Apresentação de  
402 proposta de Resolução Administrativa para estender o prazo para apresentação dos  
403 quadrimestres das prestações de contas que encontram-se atrasadas, e consequentemente,  
404 abertura do sistema. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
405 O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação da Resolução Administrativa que autoriza a  
406 abertura do sistema para apresentação de documentações relativas a prestação de contas.  
407 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro  
408 Presidente, Daniel Lavareda fez uso da palavra para: **1.** Elogio tecido pela Conselheira Lourdes  
409 Lima, Presidente do TCE-Pará, dirigido a este Tribunal, pelo excelente trabalho da Escola de  
410 Contas, na realização do Programa Capacitação, manifestando cumprimentos especiais pela



411 palestra "Funções Exercidas pelos Tribunais de Contas no Controle Externo", proferida pelo Dr.  
412 Raphael Maués, Diretor Jurídico deste TCM. A Conselheira Lourdes Lima destacou a importância  
413 de eventos como este, que buscam o aprofundamento das questões relacionadas à visão e  
414 atuação dos Tribunais de Contas; **2.** Elogio do vereador de Curuçá, Sr. Joaquim da Luz, ao  
415 Gabinete do Conselheiro Sérgio Dantas, pelo atendimento recebido por ocasião de tratativas de  
416 assuntos da Câmara Municipal; **3.** Trata-se de elogio à DCAP, pelo excelente atendimento e  
417 esclarecimentos proferidos pela servidora Leila Maia ao contador, à procuradora e ao  
418 subsecretário de planejamento de Marituba; **4.** Elogio dirigido à Ouvidoria pelo excelente  
419 atendimento dirigido a cidadã Tereza Angelin Ribeiro; **5.** Felicitações aos Conselheiros Cezar  
420 Colares e Antonio José Guimarães que aniversariaram no dia 28.08.2017. **ENCERRADA** a  
421 presente Sessão, às onze horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.  
422 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e nove de  
423 agosto de dois mil e dezessete.  
424 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 056/2017, em quatorze de setembro de dois mil e dezessete.  
425 Visto:

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro / Presidente / PRESIDENTE DA SESSÃO

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira / Vice-Presidente / PRESIDENTE DA SESSÃO

**Jorge Antônio Cajango Pereira**  
Secretário Geral